

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 22 de outubro de 2026 • Nº 2409 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IMPOSTO

STF aprova excluir ISS da base do PIS/Cofins

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 6 a 5, excluir o Imposto sobre Serviços (ISS) da base de cálculo do PIS/Cofins. A decisão representa uma vitória para o setor de serviços e uma derrota para a União, que estima um rombo de até R\$ 35,4 bilhões, de acordo com estima-

tiva publicada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. O tamanho do impacto, porém, ainda depende da modulação dos efeitos. A discussão será feita em momento posterior, se a Corte for provocada por meio de recursos. Na modulação, os ministros vão analisar se a

decisão produz efeitos em relação ao passado (obrigando a União a devolver valores cobrados) ou se o resultado do julgamento se aplica somente ao futuro. Caso se aplique ao futuro, também será discutida a situação de contribuintes que tinham ações judiciais. **PÁGINA 3**

NOVAS REGRAS

Lula sanciona perdão de dívidas e novo teto do MEI

Sancionada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei Complementar 238/2026, que estabelece novas regras para os microempreendedores individuais (MEI), estabelece o perdão de dívidas tributárias com a União. A legislação também aumenta gradualmente o limite de faturamento anual e amplia a possibilidade de contratação de funcionários. Batizado de Próspera MEI, o pacote inclui ainda medidas para facilitar a participação de pequenos negócios em compras públicas. Parte das mudanças, porém, só começa a valer em 2027. Além da lei, Lula assinou o decreto que dispensa os MEI da obrigatoriedade de emitir nota fiscal nas vendas de produtos e na prestação de serviços a pessoas físicas. A norma também prevê a dispensa para os chamados nanoempreendedores, conforme as condições estabelecidas na regulamentação. **PÁGINA 2**

FRAUDE

ONU aponta falta de isenção da Meta em eleição no Brasil



LULA MARQUES/ABRASIL

Especialistas das Organizações das Nações Unidas (ONU) assinaram uma carta em que apontam restrições à liberdade de expressão em plataformas como Instagram, Facebook e WhatsApp, todas da empresa Meta, nas eleições brasileiras em 2026. Eles disseram que os observadores internacionais que participaram das eleições detectaram tratamento desigual das plataformas em relação aos conteú-

dos das campanhas, apontando que as contas ligadas a um dos candidatos foi prejudicada. Uma carta do NetLab também questiona a derrubada de um perfil do candidato Luiz Inácio Lula da Silva sob a alegação de controle contra notícias falsas ligadas à políticas públicas pela Meta, enquanto a empresa mantém perfis com publicações com fake news. **PÁGINA 7**

BRASIL SOBERANO

Governo Lula destina R\$ 6,49 bilhões a setor de exportação

PÁGINA 2

CUSTO DE VIDA

Onda de protestos toma conta da Europa

PÁGINA 8

Campanha de Lula pede a cassação da chapa de Flávio

A campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) protocolou ontem, uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em que pede a cassação da chapa do senador Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação social. Os advogados solicitam também que até mesmo o diploma do parlamentar seja impugnado caso ele

seja o vencedor do segundo turno da eleição no próximo domingo. Pedem ainda que Flávio seja declarado inelegível por oito anos. A coligação de Lula alega que a Meta, controladora das redes Instagram, Facebook e WhatsApp, e o X teriam operado para favorecer Flávio e prejudicar o petista. Um dos argumentos é de que houve manipulação dos algoritmos dessas plataformas e interferência estrangeira nas eleições brasileiras.

UNIVERSIDADE



DIVULGAÇÃO

PF faz operação contra fraudes em concurso para cargos na UFRJ

A Polícia Federal (PF) faz, ontem, operação para reprimir possíveis fraudes cometidas por candidatos de um concurso público para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Operação Gabarito cumpre 13 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Federal Criminal do Rio, em três bairros da zona oeste da capital fluminense. A PF iniciou a investigação depois de receber notícia-crime encaminhada pela própria empresa organizadora do concurso público para cargos de técnico administrativo em educação da UFRJ. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA (0,54%) / 205.430,33 / 1.106,07 / Volume: 84.266.876.635 / Negócios: 4.833.948										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	1,57% (set.) <th colspan="2">EURO turismo</th>	EURO turismo				
Mais Negociados					Majores Altas			Majores Baixas			Fechamento		Ufir-RJ	R\$ 4,9604 <th>IPCA</th> <td>0,82% (set.)<th>Compra</th><td>5,7549</td><td>Venda</td><td>5,9349</td></td>	IPCA	0,82% (set.) <th>Compra</th> <td>5,7549</td> <td>Venda</td> <td>5,9349</td>	Compra	5,7549	Venda	5,9349	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.										
MGLU3	11,11	+6,93	+0,72	PSVM11	14,00	+32,08	+3,40	PDGR3F	0,26	-72,63	-0,69	Dow Jones	52.002,41	-0,34	S&P 500	7.659,44	-1,09				
PETR4	59,68	+4,04	+2,32	FSRF11F	0,09	+28,57	+0,02	PDGR3	0,25	-72,22	-0,65	US Tech 100	28.320	-2,75	US Tech 100	28.320	-2,75				
COGN3	2,89	-0,34	-0,01	AZEV3	12,55	+15,14	+1,65	VIVR3	3,77	-24,30	-1,21	Euronext 100	1.875,17	+0,67	Euronext 100	1.875,17	+0,67				
BBAS3	23,63	-0,55	-0,13	AZEV3F	12,51	+14,56	+1,59	FSPE11F	0,24	-17,24	-0,05	CAC 40	7.956,7	+0,28	CAC 40	7.956,7	+0,28				
SBSP3	32,20	+1,04	+0,33	MNDL3F	18,21	+11,72	+1,91	VIVR3F	4,07	-16,94	-0,83	FTSE 100	10.881,9	+0,38	FTSE 100	10.881,9	+0,38				
													Taxa Selic		(16/09)	13,75%					
													TR		(17/10)	0,1687%					
													Poupança		(17/10)	0,6695%					
																	Compra	5,7010	Venda	5,7016	

MERCADOS



Bovespa recua 0,86% com disputa eleitoral e realização de lucros

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acentuou queda na tarde de ontem, e fechou quase 3 mil pontos abaixo da máxima intradia, diante da cautela após pesquisa Quaest do dia mostrar disputa eleitoral mais acirrada.

Assim, a Bolsa doméstica ignorou completamente a alta dos índices de Nova York e nem mesmo a virada das ações do petróleo Brent para o positivo no pregão eletrônico ajudaram o Ibovespa (Índice Bovespa), vide Petrobras em baixa de 0,15% (ON) e 0,79% (PN). O índice cedeu 0,86%, aos 206.495,23 pontos, com giro financeiro de R\$ 24,6 bilhões, após mínima aos 205.988,00 pontos à tarde e máxima (209.244,71) pela manhã.

Fora Petrobras, entre as blue chips houve queda de 2% da Vale, apesar do minério de ferro perto da estabilidade, e as ações dos bancos operaram mistas, de -1,41% na Unibanco BTG Pactual até alta de 0,9% para Unibanco do Santander Brasil.

DÓLAR

Após três pregões consecutivos de baixa, em que recuou 1,33% e flertou com o rompimento do piso de R\$ 5,00, o dólar exibiu leve alta ontem.

Após máxima de R\$ 5,0433, no início da tarde, o dólar à vista encerrou a sessão em alta de 0,18%, a R\$ 5,0279. Na terça-feira, a divisa fechou no segundo menor nível desde o primeiro turno da eleição presidencial. O dólar acumula baixa de 0,9% na semana e recua 2,84% em outubro, o que eleva as perdas no ano a 8,4%.

BRASIL SOBERANO

Governo destina R\$ 6,49 bilhões a setor de exportação

O governo federal abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 6,49 bilhões para financiar pessoas físicas e empresas exportadoras de bens e serviços que fazem parte do Plano Brasil Soberano.

A autorização faz parte da Medida Provisória nº 1.397, publicada ontem no Diário Oficial da União.

De acordo com o texto, os recursos ficarão sob responsabilidade do Fundo de Garantia à Exportação, vinculado ao Mi-

nistério da Fazenda.

O Plano Brasil Soberano é uma das medidas de apoio do governo brasileiro às empresas, aos exportadores e trabalhadores afetados pelas sobretaxas impostas pelos Estados Unidos.

VIGÊNCIA

Por se tratar de crédito extraordinário, a medida tem como fundamento os artigos 62 e 167, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

2026

BradSaúde tem lucro líquido de R\$ 1,075 bi no terceiro trimestre

WILIAN MIRON/AE

A BradSaúde reportou ontem, lucro líquido de R\$ 1,075 bilhão no terceiro trimestre de 2026, alta de 14,4% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Deste montante, R\$ 857 milhões são provenientes da operação de planos de saúde, enquanto R\$ 145 milhões vêm dos convênios odontológicos (Odontoprev). Os valores divulgados para as duas operações não totalizam o lucro líquido consolidado.

A receita total do período foi de R\$ 14,275 bilhões, aumento de 9,2% na base anual

de comparação. O resultado operacional da BradSaúde totalizou R\$ 1,449 bilhão de julho a setembro, queda de 0,1% em relação aos R\$ 1,451 bilhão registrados em igual intervalo de 2025.

No encerramento do trimestre, a BradSaúde registrou R\$ 30,776 bilhões em ativos financeiros (caixa e aplicações financeiras), crescimento de 8,2% ante os R\$ 28,438 bilhões de setembro de 2025.

As aplicações estavam concentradas principalmente em títulos públicos indexados ao IPCA, que representavam 53,9% do total, enquanto 39,6% eram indexadas à Selic e 6,5% eram prefixadas.

NOVAS REGRAS

Perdão de dívidas e novo teto do MEI: entenda o que muda

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Sancionada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei Complementar 238/2026, que estabelece novas regras para os microempreendedores individuais (MEI), estabelece o perdão de dívidas tributárias com a União. A legislação também aumenta gradualmente o limite de faturamento anual e amplia a possibilidade de contratação de funcionários.

Batizado de Próspera MEI, o pacote inclui ainda medidas para facilitar a participação de pequenos negócios em compras públicas. Parte das mudanças, porém, só começa a valer em 2027.

Além da lei, Lula assinou o decreto que dispensa os MEI da obrigatoriedade de emitir nota fiscal nas vendas de produtos e na prestação de serviços a pessoas físicas. A norma também prevê a dispensa para os chamados nanoempreendedores, conforme as condições estabelecidas na regulamentação.

O QUE MUDA?

Entre as principais medidas estão:

- Perdão de dívidas: remissão de débitos tributários federais abrangidos pela lei, incluindo contribuições previdenciárias, multas e juros.
- Novo teto de faturamento: limite anual de R\$ 110 mil em 2027 e de R\$ 140 mil em 2028.
- Contratação de funcionários: possibilidade de contratar até dois empregados nas atividades contempladas pela nova regra.
- Nota fiscal: dispensa de emissão nas operações com pessoas físicas, conforme o decreto assinado pelo presidente.
- Dívidas bancárias: previsão de renegociação com descontos por meio de leilões com instituições financeiras.
- Compras públicas: ampliação das oportunidades de participação em contratações governamentais.

COMO FUNCIONA?

A lei prevê a remissão de débitos tributários federais abrangidos pela medida, constituídos até 13 de outubro de 2026. O benefício inclui o valor das contribuições previdenciárias em atraso, além de multas, juros e encargos relacionados.

TRANSNORDESTINA

JOÃO CAIRES E RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou ontem, a assinatura de um acordo entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Ministério dos Transportes e a Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) para a devolução de 3 mil quilômetros de trechos ferroviários inoperantes da Malha Nordeste.

A indenização prevista à União foi mantida em R\$ 1,785

A estimativa divulgada pelo governo é de que cerca de 3,6 milhões de microempreendedores sejam beneficiados.

Para manter o benefício, o MEI deverá:

- Manter em dia o pagamento das guias mensais do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) durante os seis primeiros meses de vigência da medida.
- Cumprir as demais condições previstas na legislação para a remissão dos débitos.
- Observar as exigências aplicáveis caso existam ações judiciais relacionadas às dívidas.

A medida está prevista para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2027. O perdão não significa devolução de valores que já tenham sido pagos.

COMO FICA?

O limite anual do MEI, atualmente em R\$ 81 mil, será ampliado em duas etapas. A mudança busca permitir que os empreendedores aumentem suas receitas sem precisar deixar imediatamente o regime simplificado por ultrapassar o teto anual.

- Até 2026: teto de R\$ 81 mil;
 - A partir de 2027: R\$ 110 mil;
 - A partir de 2028: R\$ 140 mil
- Os novos limites passam a valer nas datas previstas pela lei. O enquadramento continuará condicionado ao cumprimento dos demais requisitos exigidos para ser MEI.

FUNCIONÁRIOS

A legislação amplia para até dois empregados o limite de contratação nas atividades abrangidas pela nova regra. Os trabalhadores deverão receber, no mínimo, um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

A ampliação não deve ser interpretada como uma autorização irrestrita para todos os MEI: é necessário observar quais atividades estão contempladas e as condições específicas previstas na legislação.



O QUE MUDA?

O presidente Lula também assinou nesta quarta-feira o decreto que dispensa o MEI da emissão de nota fiscal nas vendas de produtos e na prestação de serviços destinados a pessoas físicas, conforme as condições da norma.

A medida também contempla os nanoempreendedores, categoria prevista no contexto da reforma tributária, que poderá reunir pessoas com faturamento anual de até R\$ 40,5 mil.

Para esse público, a regulamentação prevê dispensa de abertura de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e de emissão de nota fiscal nas vendas a pessoas físicas, respeitados os requisitos aplicáveis.

A dispensa não deve ser confundida com uma autorização geral para deixar de emitir documentos fiscais em qualquer operação. As exigências para transações com empresas e órgãos públicos devem ser observadas conforme as regras aplicáveis.

Como serão as dívidas bancárias?

O pacote também prevê uma frente de renegociação de débitos com instituições financeiras, em iniciativa associada ao Desenrola 3.0.

A proposta é realizar leilões a partir de novembro, com participação de bancos privados. As instituições deverão oferecer descontos mínimos de 90% sobre os saldos devedores para participar da operação, conforme as condições anunciadas pelo governo.

A expectativa oficial é alcançar cerca de 1,6 milhão de MEI inadimplentes. A compra ou renegociação das dívidas bancárias é uma medida diferente do perdão de débitos tributários com a União e depende das regras específicas da operação.

E O PIX DE R\$ 5 MIL?

O pacote anunciado inclui a previsão de um auxílio de até R\$ 5 mil para investimento na estruturação de pequenos negócios, chamado de Pix MEI.

A proposta prevê recursos entre 2027 e 2030, com prioridade para mulheres empreendedoras e MEI com faturamento anual de até R\$ 40,5 mil. O dinheiro deverá ser aplicado na aquisição de bens que contribuam para o desenvolvimento produtivo da atividade.

A iniciativa também prevê orientação e assistência aos beneficiários, com apoio de parceiros como o Sebrae.

A previsão de recursos, no entanto, não significa que o dinheiro esteja disponível para saque imediato. O acesso dependerá da implementação do programa e das regras operacionais a serem estabelecidas.

Como acessar compras públicas?

A lei também amplia as possibilidades de participação dos MEI em contratações governamentais e prevê mecanismos para facilitar o acesso às compras públicas.

A iniciativa busca aproximar pequenos empreendedores dos órgãos públicos compradores, inclusive por meio de plataformas como o Contrata+Brasil.

Os limites financeiros e os procedimentos aplicáveis variam conforme a modalidade de contratação. Por isso, o empreendedor deverá consultar os editais e as regras vigentes antes de apresentar uma proposta.

Quando as medidas valem?

- 21 de outubro de 2026: sanção da lei e assinatura do decreto presidencial.
- 1º de janeiro de 2027: previsão de início do perdão de dívidas e entrada em vigor de medidas como o novo teto de R\$ 110 mil.
- A partir de novembro: previsão de início dos leilões para renegociação de dívidas bancárias.
- 1º de janeiro de 2028: novo aumento do limite anual de faturamento, para R\$ 140 mil.
- De 2027 a 2030: período previsto para a concessão dos recursos do Pix MEI, conforme a implementação do programa.

A aplicação de cada benefício depende das condições previstas na lei, no decreto e nas regulamentações específicas. O empreendedor deve acompanhar os canais oficiais do governo, como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), para verificar os procedimentos de acesso e a data efetiva de cada medida.



IMPOSTO

Supremo aprova excluir ISS da base do PIS/Cofins

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 6 a 5, excluir o Imposto sobre Serviços (ISS) da base de cálculo do PIS/Cofins. A decisão representa uma vitória para o setor de serviços e uma derrota para a União, que estima um rombo de até R\$ 35,4 bilhões, de acordo com estimativa publicada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. O tamanho do impacto, porém, ainda depende da modulação dos efeitos. A discussão será feita em momento posterior, se a Corte for provocada por meio de recursos.

Na modulação, os ministros vão analisar se a decisão produz efeitos em relação ao passado (obrigando a União a devolver valores cobrados) ou se o resultado do julgamento se aplica somente ao futuro. Caso se aplique ao futuro, também será discutida a situação de contribuintes que tinham ações judiciais e administrativas pendentes questionando a cobrança.

O ministro Luiz Fux propôs que a decisão produza efeitos

somente para o futuro, a partir da publicação da ata do julgamento, ressalvadas ações judiciais e processos administrativos pendentes até o momento. O ministro André Mendonça se manifestou a favor da proposta. Se essa linha for seguida pelos demais ministros, o impacto deve ser significativamente menor para a União, já que o rombo de R\$ 35,4 bilhões alegado pela União considera uma eventual devolução de tributos em relação aos últimos cinco anos.

O julgamento começou no plenário virtual em 2020 e já havia alcançado placar de 5 a 5. Faltava apenas o voto de Fux, que se manifestou hoje a favor da tese dos contribuintes. Ele acompanhou o ministro Celso de Mello, que também foi seguido por Cármen Lúcia, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e André Mendonça.

Já os ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes votaram a favor da União.

O PIS/Cofins incide sobre a receita das empresas a uma alíquota de 9,25% no regime não

cumulativo. Para a corrente vencedora, só podem ser entendidos como "receita" os valores que integrem o patrimônio de quem a recebe. No caso do ISS, o entendimento é que o imposto se qualifica como simples ingresso financeiro, que meramente transita pelo caixa das empresas até ser repassado definitivamente aos cofres públicos.

O placar foi formado com os votos de três ministros aposentados, todos favoráveis aos contribuintes. No julgamento de embargos de declaração (recursos), seus sucessores - Cristiano Zanin, Flávio Dino e Kássio Nunes Marques - poderão se pronunciar.

Em tese, os embargos de declaração servem para esclarecer pontos específicos das decisões, como a modulação dos efeitos e a redação da tese de repercussão geral. Apesar disso, a Corte já mudou decisões de mérito ao analisar recursos. Foi o caso do julgamento da "revisão da vida toda" das aposentadorias do INSS, em que o Supremo decidiu a favor dos aposentados em 2022 e mudou de posição em 2024.

A possibilidade de mudar o resultado do julgamento por meio de recursos foi aventada pelo ministro Gilmar Mendes em 2024. "Temos uma questão que é extremamente delicada. Três colegas que votaram nessa matéria já não estão mais na composição atual do Tribunal, de modo que, por embargos de declaração ou novas suscitações, esse tema será inevitavelmente renovado", declarou o decano na ocasião. Na sessão desta quarta-feira, ele reforçou essa avaliação.

A discussão é um desdobramento da chamada "tese do século", na qual o Supremo fixou, em 2017, o entendimento de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da Cofins.

Esse julgamento teve grande repercussão e gerou diversas teses "filhotes", em que empresas tentam replicar esse entendimento para outras situações. No caso, a devolução de valores que o Supremo considerou que foram cobrados indevidamente custou centenas de bilhões de reais para os cofres públicos.

DUMPING COMERCIAL

Canadá investe US\$ 9 bilhões em manufatura e minerais críticos

DARLAN DE AZEVEDO/AE

O primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, e o premiê de Ontário, Doug Ford, anunciaram ontem, um pacote de US\$ 9 bilhões em investimentos, ao longo de cinco anos, para fortalecer os setores de manufatura e de minerais críticos na província.

A iniciativa concentra-se na indústria siderúrgica, que enfrenta demissões, com mais de US\$ 5 bilhões destinados a adequar as empresas de aço às novas cadeias de suprimentos e a reforçar a defesa contra práticas de dumping.

Segundo comunicado do governo de Ontário, o chama-

do Fundo de Ação Conjunta para o Aço vai apoiar a modernização de equipamentos nas usinas, para atender à demanda doméstica. Carney também anunciou US\$ 1 bilhão para obras rodoviárias no Ring of Fire, no norte da província, região rica em minerais críticos.

Outros US\$ 2,5 bilhões serão direcionados ao setor automotivo de Ontário, pressionado pela guerra comercial com os Estados Unidos. Carney afirmou ainda que conversou nesta quarta-feira com o presidente americano, Donald Trump, sobre "algumas questões relacionadas ao comércio".

2026

IBM supera em lucro e receita no terceiro trimestre

DARLAN DE AZEVEDO E LETÍCIA ARAÚJO/AE

A IBM anunciou um lucro líquido de US\$ 2,19 bilhões no terceiro trimestre de 2026, uma alta de 26% em comparação com o mesmo período no ano passado. Por ação, o lucro operacional diluído foi de US\$ 2,95, acima dos US\$ 2,85 esperados pela FactSet.

Nos três meses encerrados em 30 de setembro, a receita avançou 5% e chegou em US\$ 17,1 bilhões, superando as expectativas de US\$ 16,82 bilhões. A receita do setor de software subiu 8% no período, chegando em US\$ 7,8 bilhões. Já na área de

infraestrutura, o crescimento foi de 4%, em US\$ 3,7 bilhões.

No relatório divulgado ontem a IBM afirmou esperar um crescimento da receita na faixa de 4% a 5%, a câmbio constante, para o ano completo de 2026.

Além disso, o conselho de administração da empresa aprovou o pagamento de dividendos trimestrais em dinheiro no valor de US\$ 1,69 por ação ordinária aos acionistas registrados em 10 de novembro de 2026.

Por volta das 17h58 (de Brasília), as ações da IBM avançavam 3,4%, em reação aos resultados.

TECNOLOGIA

Tesla supera em lucro e melhora fluxo de caixa no 3º trimestre

DARLAN DE AZEVEDO/AE

A Tesla registrou lucro líquido de US\$ 787 milhões no terceiro trimestre de 2026, uma queda de 43,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O lucro ajustado por ação foi de US\$ 0,48, disse a empresa ontem em comunicado. A expectativa dos analistas consultados pela FactSet era de um lucro ajustado por ação de US\$ 0,45.

O fluxo de caixa livre foi de US\$ 1,53 bilhão no trimestre, ante número negativo no se-

gundo trimestre, mesmo com a empresa citando investimentos em inteligência artificial (IA) e robótica para ganhar espaço nesses setores. Os gastos de capital mais que dobraram em relação ao ano anterior, chegando a US\$ 4,73 bilhões.

A companhia também reportou US\$ 28,05 bilhões em receita para o período, praticamente estável em relação ao terceiro trimestre do ano passado, e em linha com previsão dos analistas de US\$ 28,05 bilhões.486.532

SERASA

Nº de empresas inadimplentes atinge recorde de 9,3 milhões

ANDRÉ MARINHO/AE

O número de empresas inadimplentes no Brasil atingiu o nível recorde de 9,3 milhões em agosto, mostra levantamento Serasa Experian. O montante representa um crescimento de 14,3% na comparação com igual mês do ano passado, em meio à pressão dos juros restritivos.

Em volume, as dívidas inadimplidas alcançaram R\$ 244,4 bilhões, a um total de 68,2 milhões de operações. Em média, cada empresa no vermelho tinha 7,4 contas negativadas, com um passivo médio de R\$ 26.355,13 por CNPJ e tiquete médio de R\$ 3.583,96.

"A inadimplência empresarial cresce em ritmo menor,

mas ainda muito elevado: a variação anual recuou de 28,7% para 14,3%, permanecendo em dois dígitos", afirma a economista-chefe da Serasa Experian, Camila Abdelmalack. "O crédito continua caro, o caixa permanece pressionado e o ambiente segue especialmente restritivo para os negócios de menor porte", explica.

Mais da metade das companhias negativadas (56%) figuram no setor de serviços, enquanto o setor primário aparecia com 0,9%. O restante dos segmentos representa 3,1% da inadimplência empresarial.

No recorte pelo porte das companhias, as micro e pequenas empresas concentravam 8,8 milhões de CNJP inadimplentes. Em média, cada uma delas acumulava 7 contas negativadas, a um dívida média de 23.902,98 e tiquete médio de R\$ 3.435,34. Ao todo, são 61,4 milhões de dívidas, a R\$ 211 bilhões.

Apesar dos desafios, a demanda PJ por crédito cresceu 11,2% no acumulado de 12 meses e as concessões de capital de giro avançaram 113,9%. "Em um contexto de inadimplência recorde, esse movimento parece estar mais associado à necessidade de financiar o caixa e manter a operação do que à expansão dos negócios", analisa Ab-

delmalack.

Maior economia do País, o Sudeste também era o domicílio da maior parte do volume de empresas no vermelho, sobretudo São Paulo (3,2 milhões), Minas Gerais (927,4 mil) e Rio de Janeiro (879,9 mil). Na sequência, Paraná abrigava 613.012 dos CNPJs negativados e Rio Grande do Sul, 539.319.

Na ponta da origem, 31,7% dos débitos vinham do setor de serviços, seguido de bancos/cartões (19,7%). Mais distante, cooperativas aguardavam o pagamento de 8,5% do passivo empresarial, acompanhado de serviços básicos (6,7%) e Telefonia (6,2%). Em resumo, 75,6% do passivo negativo vem de setores não financeiros.

PLATAFORMAS

Keeta acusa 99Food de descumprir ordem da Justiça de São Paulo

FLÁVIA SAID/AE

A Keeta, plataforma de delivery da chinesa Meituan, acusa a concorrente 99Food de alteração nos contratos com restaurantes parceiros para substituir cláusulas que baniam expressamente a Keeta por uma nova redação que, embora formulada sob aparente neutralidade, produz o mesmo efeito prático de exclusão da concorrente do mercado. Por seu turno, a 99 diz que está evoluindo seus contratos com restaurantes parceiros para aperfeiçoar as condições de exclusividade parcial já praticadas pela companhia.

A Keeta alega que a mudança da concorrente foi identificada em mais de 45 casos e ocorre em descumprimento direto a acórdão já em vigor do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), do fim de setembro, que decidiu pela inviabilidade das chamadas "cláusulas de banimento" em um processo envolvendo as empresas de entrega de refeições. A decisão fixou multa de R\$ 100 mil por contrato em descumprimento.

Segundo a Keeta, um dia após a decisão judicial, a 99Food passou a distribuir aditivos a dezenas de

estabelecimentos: a cláusula anterior, que proibia a contratação expressa da Keeta ou de "novas plataformas", foi substituída por uma formulação que permite ao restaurante "contratar com mais uma plataforma de sua escolha" - mecanismo que, na prática, preserva o veto à Keeta.

"Prints de whatsapp mostram que donos de restaurante foram levados a acreditar, ainda, que apesar da decisão do TJSP, o contrato anterior continuaria valendo e o banimento à Keeta, portanto, também. Quando questionada pelos estabelecimentos, respondeu e segue respondendo que os termos do contrato se mantêm, ignorando, completamente, a eficácia imediata da ordem do Tribunal", alega a Keeta. "O caso levanta questões sobre a efetividade das decisões judiciais em disputas concorrenciais no setor de delivery e sobre os limites da atuação de plataformas dominantes na relação com estabelecimentos parceiros", completa a empresa.

Procurada, a 99Food diz que as mudanças se alinham às diretrizes da decisão provisória do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e lembra que ela ainda está sujeita

a reversão em grau recursal. A empresa argumenta também que as mudanças reduzem o ônus financeiro dos parceiros e ampliam a sua flexibilidade ao permitir livre escolha da plataforma com que desejam trabalhar.

"As negociações estão sendo conduzidas em comum acordo e mediante amplo debate. A 99Food reforça sua confiança na legalidade e na racionalidade econômica das cláusulas de exclusividade parcial, modelo também praticado por outras plataformas do setor, as quais são celebradas voluntariamente e por prazo limitado", prossegue. "Estes acordos contribuem para que plataformas entrantes construam a escala necessária para obter competitividade em um mercado com uma plataforma dominante, promovendo um ambiente mais dinâmico, competitivo e equilibrado para consumidores, restaurantes e entregadores".

DECISÃO DA JUSTIÇA

O julgamento no TJSP foi iniciado em agosto, mas adiado após pedido de vistas. Na ocasião, o relator, desembargador Rômulo Russo, considerou que as cláusulas direcionadas contra a Keeta ul-

trapassam uma exclusividade comercial legítima e passam a funcionar como mecanismo direcionado de bloqueio à entrada de um concorrente no mercado.

A ação foi ajuizada contra o que a Keeta chama de "cláusulas de banimento". Essas cláusulas, segundo o que diz a empresa na inicial do processo, proíbem os restaurantes de terem relações comerciais com empresas do seu conglomerado econômico (grupo da empresa chinesa Meituan). No pedido, a Keeta alega estar sofrendo uma barreira para seu ingresso no mercado de food delivery brasileiro e alega ser um conteúdo anticompetitivo.

Do outro lado do processo, a 99Food nega a existência de uma "cláusula de banimento", que, afirma, seria uma construção retórica da Keeta. Para ela, essas cláusulas são de "exclusividade parcial", lícitas, proporcionais e reconhecidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Segundo a 99Food, essas estratégias são pró-competitivas e necessárias em um cenário de enfrentamento ao monopólio do iFood, que detém mais de 80% do mercado brasileiro.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.356/2026
O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (GEL, ELETRODO E OUTROS) - (01 GRUPO E ITENS)**, estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.005994/2025-92. Abertura da sessão pública às 10h do dia 29/10/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.111/2025
O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do Objeto: **AQUISIÇÃO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS EM REGIME DE CONSIGNAÇÃO E COMODATO - (05 GRUPOS)**, estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.014619/2024-52. Abertura da sessão pública às 10h do dia 04/11/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

MARCELO AGUIAR

Tiro em Fred Bruno: polícia muda boletim de ocorrência

POR ADRIANA VICTORINO

A Polícia Civil de São Pulo incluiu ontem, o crime de lesão corporal no boletim de ocorrência que investiga o caso envolvendo o deputado estadual Marcelo Aguiar (PL), após um disparo acidental de arma de fogo em uma casa noturna na região do Itaim Bibi, em São Paulo. O apresentador Fred Bruno, do Globo Esporte, foi atingido de raspão pelo disparo.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, a alteração foi feita após a advogada de Fred comparecer à delegacia. Foi pedido um exame pericial ao IML para constatar as lesões sofridas pelo apresentador.

"Eu ouvi o disparo e senti um impacto muito grande no meu pé ali, começou a latejar, começou a queimar, não tinha entendido muito bem o que tinha acontecido, mas eu estou bem, porém é algo muito sério", contou Fred em vídeo publicado nas redes sociais.

A Polícia Civil pediu autorização ao Tribunal de Justiça para investigar o deputado, exigência decorrente do foro por prerrogativa de função do parlamentar..

Segundo o registro da ocorrência, Aguiar aparentava estar embriagado e teria incomodado

frequentadores da festa. Ele foi advertido por homens que estavam no local quando a confusão se formou. Durante a movimentação, o deputado caiu com a arma e houve um disparo.

A corporação investiga se o deputado cometeu importunação sexual contra mulheres e se o disparo foi intencional. Segundo relatos de testemunhas, o parlamentar teria "cantado" uma mulher que estava em um grupo de amigos no estabelecimento. Os investigadores apuram se a abordagem configura crime de importunação sexual.

A investigação também busca esclarecer como ocorreu o disparo durante o bate-boca entre o deputado e homens que estavam na casa noturna. Uma das linhas de investigação é verificar se alguém tentou pegar a arma de Aguiar durante a discussão e se essa movimentação provocou o tiro. Os investigadores ainda apuram quem efetuou o disparo.

A assessoria do deputado, por sua vez, afirmou que ele estava sob efeito de medicamentos fortes, que teriam provocado uma "reação adversa", e que se envolveu em uma discussão. Em nota, negou que ele tivesse sido preso e informou que o parlamentar prestou esclarecimentos à polícia e foi liberado em seguida.

ACIDENTE EM 2024

Cúpula da Voepass vira ré por morte de 62 ocupantes

LEONARDO GODIM/AE

Doze pessoas associadas à companhia aérea Voepass tornaram-se ré e vão responder a uma ação penal pela morte dos 62 ocupantes de um avião da companhia que caiu em Vinhedo (SP), no dia 9 de agosto de 2024.

A Justiça Federal recebeu a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra os envolvidos e instaurou o processo pelos crimes de atentado contra a segurança do transporte aéreo e sinistro em transporte aéreo.

Membros da cúpula da Voe-

pass estão entre os acusados, desde a alta administração até ocupantes de diretorias e outros postos de chefia à época do acidente. A denúncia associa os delitos à cultura organizacional da empresa, que privilegiaria economia de recursos em detrimento da manutenção das aeronaves, de acordo com o MPF. Os nomes dos acusados não foram divulgados.

Também responderão pelos crimes dois funcionários que, embora sem cargos de comando, contribuíram para o acidente, segundo o Ministério Público. Outras quatro pessoas indicadas pela Polícia Federal (PF) após as investigações firmaram

acordos de não persecução penal e, por isso, não foram incluídas na denúncia.

A denúncia afirma que os aviões tinham registros falsos de manutenção ou passavam por reparos precários, com uso de peças de baixa qualidade e sem rastreabilidade. Enquanto isso, equipes supostamente sofriam pressões permanentes para omitir dos livros de ocorrência as falhas que detectavam, seja durante os voos, seja nas inspeções em solo.

A empresa sabia que o modelo ATR 72-500, envolvido no acidente, não possui certificação ou homologação da fabricante para operar em condi-

ções críticas de gelo, diz ainda o MPF. Ainda assim, escalou a aeronave para cumprir o trajeto entre Cascavel (PR) e Guarulhos (SP) naquele 9 de agosto, quando alertas indicavam a formação de gelo severo ao longo da rota.

Além do problema de uso inadequado da aeronave, problemas no sistema de degelo provocaram a perda de sustentação do veículo no ar. Pilotos e gestores da Voepass conheciam as falhas do mecanismo havia pelo menos um ano, segundo o MPF, mas a falta de registro oficial das ocorrências permitia que o avião continuasse em operação.

ENERGIA

Enel é multada em R\$ 11,4 mi por apagões registrados no final de 2025

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Prefeitura de São Paulo manteve a aplicação de multa no valor de R\$ 11.428.615,57 à concessionária Enel por interrupções no fornecimento de energia elétrica registradas entre setembro e dezembro de 2025. O despacho foi publicado no Diário Oficial de ontem.

A penalidade foi aplicada pelo Procon Paulistano após falhas no serviço prestado na capital paulista, em dezembro do ano passado, quando mais de 4 milhões de unidades ficaram sem eletricidade.

Em nota, a Enel Distribuição São Paulo diz que "discorda da

aplicação da punição e reafirma que sua atuação durante os eventos climáticos extremos de dezembro e de setembro de 2025 foi compatível com a magnitude do impacto".

"Em dezembro, ventos fortes e prolongados atingiram a área de concessão por dois dias e afetaram cerca de 4,4 milhões de clientes. A companhia restabeleceu, em até 24 horas, o fornecimento de energia para 80% dos clientes afetados, o equivalente a aproximadamente 3,5 milhões de unidades consumidoras. A resposta foi mais rápida do que nos eventos de novembro de 2023 e outubro de 2024", diz a empresa.

De acordo com o Procon, a empresa tinha sido notificada anteriormente para adotar providências quanto à continuidade do fornecimento, mas o acompanhamento técnico e a análise de reclamações de clientes indicaram a permanência de falhas na prestação do serviço, no atendimento telefônico e na prestação de informações à população.

No despacho, assinado pela Secretaria Municipal de Justiça, a administração municipal fundamentou a punição no artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor, que trata do dever das empresas públicas e concessionárias de prestar ser-

viços contínuos e seguros, além do artigo 20 do Decreto Federal nº 2.181/1997 e do artigo 362 da Resolução Normativa nº 1.000/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A publicação estabelece o prazo de 15 dias para que a distribuidora apresente novo recurso na esfera administrativa. A decisão prevê ainda a possibilidade de redução de 30% no valor total da sanção, caso a empresa abra mão do direito de recorrer nas esferas administrativa e judicial e realize o pagamento dentro do prazo de 30 dias contados a partir da intimação.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 69ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 69ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securritizadora" ou "Emissora", respectivamente, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, ("Agente Fiduciário") e **PIRELLI PNEUS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Campinas, estado de São Paulo, na Rua Nadir Dias de Oliveira, nº 2801, Cidade Satélite Iris, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.179.838/0001-37 ("Devedora"), em consonância com o disposto na cláusula 11.2 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 69ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores ("AEI"), a realizar-se no dia 11 de novembro de 2026 às 16 horas, de modo exclusivamente digital. A Assembleia será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AEI será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a autorização para liberação do saldo excedente do Fundo de Reserva da operação de securitização lastreada em créditos imobiliários cedidos pela TZI Citrino Empreendimentos Imobiliários Ltda., após o transcurso de 18 (dezoito) meses da assinatura do Termo de Imissão na Posse do Imóvel Locado, mediante alteração dos Documentos da Operação; (ii) Alterar a Cláusula 7.7.5 do Termo de Securitização e das disposições correlatas do Contrato de Cessão, para prever expressamente a liberação do excedente do Fundo de Reserva, a fim de incluir o seguinte texto: "Decorridos 18 (dezoito) meses da Data de Imissão na Posse, observado que o Valor Mínimo do Fundo de Reserva passa a corresponder a 1 (uma) parcela do Aluguel Mensal, a Securitizadora deverá liberar a Cedente os valores excedentes ao referido Valor Mínimo do Fundo de Reserva, desde que: (a) não haja inadimplemento das Obrigações Garantidas; (b) não tenha ocorrido Evento de Recompria Compulsória ou Evento de Multa Indenizatória; (c) não exista evento de vencimento antecipado dos CRI em curso; e (d) permaneça integralmente atendido o Valor Mínimo do Fundo de Reserva aplicável após o referido período." Fica consignado que a Securitizadora, o Agente Fiduciário, e as demais Partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, estão autorizados a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. *Instruções Gerais:* A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia – CRI Pirelli", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Encontram-se a disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. São Paulo, 22 de outubro de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 54ª (CENTÉSIMA QUINGUAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em série única, da 154ª emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securritizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do *Termo de Securitização De Direitos Creditórios Do Agronegócio Da Série Única Da 154ª (Centésima Quinquagésima Quarta) Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio Da Canal Companhia De Securitização Lastreados Em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos Por Impacto Bioenergia Alagoas S.A.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 09 de novembro de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não declaração do vencimento antecipado da "Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira" ("CPR-F"), e consequentemente, a não realização do Resgate Antecipado Compulsório dos CRA, em razão do cumprimento intempetivo da obrigação de encaminhamento das Demonstrações Financeiras do Devedor e dos Avalistas Pessoas Jurídicas, prevista na Cláusula 11.2, item (xviii), da CPR-F; observado o disposto na Cláusula 8.2, item (ii), da CPR-F; (ii) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, da CPR-F; disposto na Cláusula 8.1, item (i), da CPR-F; e do Resgate Antecipado Compulsório dos CRA, em razão do descumprimento da obrigação de recomposição do Fundo de Despesas, prevista na Cláusula 14.4 do Termo de Securitização. Consignando - se o prazo adicional de 10 (dez) dias corridos, contados da data de realização da AGT, para que o Devedor e/ou os Avalistas promovam a recomposição do Fundo de Despesas até o Valor do Fundo de Despesas correspondente a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nos termos da Cláusula 14.4 do Termo de Securitização, preservadas as demais obrigações previstas nos Documentos da Operação. Fica consignado que o Agente Fiduciário e a Emissora ficam autorizados a praticar os atos e celebrar os instrumentos estritamente necessários à implementação das matérias efetivamente aprovadas, observados o escopo e os limites das deliberações, sem que tal autorização implique renúncia a direitos ou assunção de obrigações adicionais não expressamente deliberadas. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "AGT - CRA IMPACTO 154", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, devendo a Instrução de Voto ser recebida pela Emissora antes do início da AGT, acompanhada dos documentos de representação aplicáveis. Encontram-se a disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definidos no Termo de Securitização). São Paulo, 20 de outubro de 2026.

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização.

LEANDRO LO

Tarcísio demite novamente PM acusado de matar lutador de jiu-jitsu

ANA MAGALHÃES/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**), demitiu novamente o tenente da Polícia Militar, Henrique Otávio Oliveira Vellozo, acusado de matar o campeão mundial de jiu-jitsu, Leandro Lo. O novo decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado ontem.

Procurada pelo Estadão, a defesa do militar informou que irá recorrer da medida. "Uma decisão passível de recurso e que a defesa irá combater", afirmou o advogado Claudio Dalle-done.

A medida suspende os efeitos de uma decisão de outubro de 2025, que tinha revertido temporariamente a primeira demissão do policial, publicada em setembro do mesmo ano.

Na ocasião, a defesa de Vellozo recorreu à Justiça e obteve uma determinação favorável à reintegração do tenente à corporação. Com isso, ele voltou a receber o salário bruto mensal de R\$ 14,6 mil.

Em novembro de 2025, Vellozo reassumiu o cargo após ser absolvido pelo Tribunal do Júri. No mês seguinte, porém, foi afastado e submetido a um regime disciplinar específico. Com a medida, passou a receber um terço do salário, ficou proibido de usar uniforme e foi impedido de exercer atividades policiais até uma decisão definitiva da Justiça.

Em fevereiro deste ano, a Justiça de São Paulo manteve a demissão do policial militar, apesar de sua absolvição na esfera criminal.

O novo decreto, publicado nessa terça-feira, em cumpri-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

mento a um acórdão definitivo do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), restabelece a punição administrativa aplicada em setembro de 2025. Com isso, o policial deverá deixar novamente a PM e perderá o direito à remuneração.

Veja as idas e vindas no caso:

- 09/2025: Demitido deixou de receber salário de R\$ 14,6 mil;
- 10/2025: reincorporado à PM e voltou a receber o pagamento;
- 11/2025: reassumiu o cargo após ser absolvido pelo júri popular;
- 12/2025: foi afastado e passou a ficar em regime disciplinar específico, recebendo apenas um terço do salário, proibido de usar uniforme e afastado de qualquer atividade policial até a decisão final da Justiça;

RELEMBRE O CASO

Vellozo foi acusado de matar Leandro Lo com um tiro na cabeça, em 7 de agosto de 2022. O crime aconteceu após um desentendimento entre os dois, durante um show no Clube Sírio. Na reconstituição do crime, testemunhas contaram que o policial militar foi imobilizado pelo lutador durante uma discussão, mas atirou contra o atleta assim que foi solto e depois fugiu.

O agente chegou a ser excluído do quadro da PM após decisão do Tribunal de Justiça Militar (TJM). Na Justiça comum, o

Ministério Público o denunciou por homicídio triplamente qualificado, com qualificadores motivo torpe, emprego de meio insidioso ou cruel e traição ou emboscada. A denúncia foi aceita e Vellozo se tornou réu.

Vellozo foi absolvido pelo Tribunal do Júri de São Paulo, que acolheu a tese de legítima defesa apresentada por sua defesa. Em reação à decisão, Fátima Lo, mãe do lutador, compartilhou em seu perfil no Instagram uma publicação que afirma que o campeão "não teve sua justiça feita".

"Os jurados acolheram a tese de legítima defesa, e com isso o réu não responderá criminalmente pelo disparo que tirou a vida de um dos maiores campeões da história do esporte. Todos hoje carregam um silêncio pesado, difícil de explicar", diz o texto.

UFRJ

PF faz operação no RJ contra fraudes em concurso público

VITOR ABDALA/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) faz, ontem, operação para reprimir possíveis fraudes cometidas por candidatos de um concurso público para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Operação Gabarito cumpre 13 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara Federal Criminal do Rio, em três bairros da zona oeste da capital fluminense.

A PF iniciou a investigação depois de receber notícia-crime encaminhada pela própria empresa organizadora do concurso público para cargos de técnico administrativo em educação da UFRJ. A Selecon, orga-

nizadora do processo seletivo, constatou a presença de um padrão de respostas suspeito entre as provas de diversos candidatos. A suspeita é que tenha havido um esquema coletivo dos candidatos para fraudar os resultados e beneficiar alguns concorrentes. De acordo com a PF, investidos poderão responder pelo

crime de fraude em certame de interesse público. O concurso teve o edital foi lançado em dezembro de 2025, para preencher 243 vagas para cargos administrativos de nível médio e superior na instituição federal. As provas, objetivas e discursivas, foram realizadas no início de março deste ano.

RESERVA

Curso falso para sargentos era usado para compra de armas

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Agentes da Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (Desarme), com apoio do Exército Brasileiro, desarticularam, no Rio de Janeiro, um esquema criminoso que simulava cursos de formação de sargentos da reserva para falsificar documentos militares e permitir a compra irregular de armas de fogo. Na ação, dois homens foram presos e um terceiro continua foragido. Cinco pistolas e um fuzil foram apreendidos, além de dezenas de documentos falsificados. As investigações apontaram que o grupo organizava falsos

cursos preparatórios, com aulas presenciais e aplicação de provas, para dar aparência de legalidade à formação dos participantes. Ao final, eram fornecidas carteiras de identidade militar e autorizações de compra de armamentos com assinaturas falsificadas de oficiais do Exército. Os documentos eram utilizados para adquirir armas em estabelecimentos comerciais credenciados. Os criminosos também falsificavam Certificados de Registro de Arma de Fogo (CRAF), necessários para a retirada do armamento das lojas de venda de armas. A investigação identificou a

compra de cinco armas, avaliadas em aproximadamente R\$ 50 mil, entre elas quatro pistolas calibre .40, uma pistola 9 mm e um fuzil calibre 5,56 mm. Parte do armamento ainda estava nos estabelecimentos comerciais quando o esquema foi descoberto, o que permitiu impedir a entrega aos compradores. INVESTIGAÇÃO As apurações começaram há dois meses, após a prisão em flagrante de um homem que adquiriu uma pistola utilizando documentação falsa. A partir desse caso, os agentes identificaram outras compras realizadas com documen-

tos que apresentavam o mesmo padrão de falsificação. O Exército Brasileiro confirmou que os documentos e as autorizações de aquisição de armas eram falsos. Além da primeira prisão em flagrante, outros dois criminosos foram presos durante a ação. As investigações prosseguem para identificar os responsáveis pela organização dos cursos, pela produção dos documentos falsificados e outros possíveis envolvidos. Além dos mandados de prisão temporária expedidos, a Justiça do Rio determinou que as cinco armas apreendidas poderão ser destinadas ao uso da Polícia Civil.

DOENÇA

Negacionismo impulsiona sarampo nos EUA e gera ameaça ao Brasil

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

Mudanças recentes no calendário vacinal dos Estados Unidos, impulsionadas por discursos antivacinação do governo Donald Trump, ajudam a explicar por que o país está passando pelo pior surto de sarampo em mais de três décadas. Mais de 4,4 mil casos já foram confirmados este ano, com três mortes. Entre os infectados, 98% não estavam totalmente vacinados. A avaliação do diretor do Programa Nacional de Imunizações do Brasil, Eder Gatti, é que os Estados Unidos passam por um período de retrocessos que ameaça todo o continente. "O governo americano, além de chancelar discursos negacionistas, tem um secretário de Saúde, que é o equivalente ao nosso ministro, declaradamente antivacina", destaca. "Espero que o mundo não olhe isso como exemplo. Eles estão colhendo frutos. A vacina contra o sarampo é uma vacina de bloqueio. Quem se vacina não pega nem transmite. O descontrole de casos lá (nos EUA) está muito relacionado a esse discurso crescente negacionista", complementa o diretor do PNI.

CASOS IMPORTADOS

O aumento da ocorrência em outros países aumenta a pressão sobre o Brasil, que registrou 61 casos da doença este ano, a maioria com origem importada. Como não há transmissão sustentada da doença em território nacional desde 2024, o país permanece certificado como área livre do sarampo, mas a manutenção desse status tem sido desafiadora. "O nosso certificado foi conquistado em 2016 e perdido em 2019, porque houve a reintrodução da doença na região Norte. Ela se espalhou pelo país e teve um grande surto em São Paulo, com 19 mil casos", lembra Eder Gatti.

"Há uma diferença de postura e resposta muito evidente, que se observa pelos resultados", ele garante. Em 2023, ano anterior à reconquista do certificado, os índices de vacinação da tríplice viral, dentro do calendário básico infantil, foram de 88% na primeira dose e de 66% na segunda. Já em 2024, a cobertura subiu para 96% e 78%, respectivamente. Neste ano, as taxas preliminares são de 95% na primeira dose e 80% na segunda. "Apesar do contexto internacional, o Brasil segura a sua certificação e espero que a gente consiga manter esse cenário, porque a gente está falando de uma doença que mata crianças, causa abortos e complicações obstétricas. É uma doença que tem um índice de letalidade muito maior para as populações mais vulneráveis, indígenas e pessoas em situação de pobreza", alerta Gatti. De acordo com o diretor do PNI, a reconquista do certificado só foi possível graças a um trabalho coordenado pelo Ministério da Saúde, com governos estaduais e municípios, para melhorar a vigilância e os índices de vacinação.

PERDA DE CONFIANÇA

Em agosto, o governo americano reduziu de 17 para 11 o número de imunizantes recomendados para todas as crianças. Trump também estipulou que a vacina tríplice viral, que protege contra o sarampo, a caxumba e a rubéola, aplicada desde a década de 1970, seja separada em três imunizantes distintos, um para cada doença, administrados em ocasiões diferentes. De acordo com o diretor da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), Juarez Cunha, as novas recomendações foram motivadas por questões políticas e não têm base científica, além de serem inviáveis. As vacinas individualizadas contra o sarampo, a caxumba e a rubéola, já não são

fabricadas há quase 20 anos. Mesmo assim, o dano é imediato. "Isso leva a uma grande confusão na população, porque a Academia Americana de Pediatria continua recomendando as vacinas exatamente como eram antes, e, por outro lado, tem um órgão governamental fazendo uma série de mudanças. E a confiança é fundamental para a gente ter sucesso na vacinação", avalia o diretor da SBIm. O diretor da SBIm também enfatiza o risco trazido pelo aumento da ocorrência nos Estados Unidos e em outros países americanos. De acordo com a Organização Panamericana de Saúde (Opas), os casos no continente já passam de 56 mil, com pelo menos 80 mortes. "O sarampo é uma das doenças com a maior facilidade de transmissão quando encontra alguém suscetível, que não foi adequadamente vacinada, e existem pessoas, recém-nascidos, ou com algum problema de imunidade, que não podem tomar essa vacina. Mas, se 95% das pessoas ao redor estiverem vacinadas, eu tenho um ambiente protegido, uma imunidade coletiva", ele explica. Cunha considera que a vigilância no Brasil tem respondido muito rapidamente aos casos, para bloquear a transmissão. Mas esse esforço tem um custo enorme. Sempre que há suspeita de sarampo, as autoridades sanitárias são acionadas para confirmar a infecção, isolar o doente e monitorar todas as pessoas com quem ele teve contato. Também é feito um bloqueio vacinal, com reforço da vacinação em toda a comunidade. No estado de São Paulo, onde a maior parte dos casos foi confirmada, quase 4 milhões de doses extras de vacina foram aplicadas somente este ano. No Amazonas, que teve casos confirmados em setembro e outubro, chegando a 17 no total, já foram quase 192 mil doses aplicadas.

O diretor da SBIm destaca que a vacinação contra a doença precisa ser mantida com cobertura de 95%, não apenas em situações de risco. "Muitas vezes, a vacina é vítima do próprio sucesso. Ela diminui tanto a doença, que as pessoas acham que não precisam mais se vacinar. A gente chama isso de complacência, que é a falsa sensação de segurança".

DESINFORMAÇÃO

Mesmo que as mudanças promovidas pelo governo Trump não tenham sido reproduzidas pelo Brasil de nenhuma forma, Juarez Cunha pondera que elas reverberam entre a nossa população, especialmente pelas redes sociais, além de estarem relacionadas a discursos de desinformação propagados no mundo todo. Ao justificar a ordem de fracionamento da tríplice viral, Donald Trump disse que isso acarretaria redução nos casos de autismo. No entanto, a associação entre as vacinas e transtorno do espectro autismo já foi descartada por diversos estudos científicos. Outra decisão do governo americano também já está causando problemas isolados no Brasil. Pela ordem executiva dada em agosto, a vacina contra a hepatite B, dada logo após o nascimento, deixou de ser recomendada para todos os bebês americanos e passou a ser aplicada apenas em crianças de alto risco, ou por decisão combinada do médico e da família. "A gente já observa, em especial nas maternidades particulares, pais não autorizando a fazer a vacina da hepatite B ao nascer. Se nós, adultos, nos infectarmos com esse vírus B, temos 90% de chance de não ter uma doença crônica, que pode se tornar cirrose e câncer de fígado. Na criança, é exatamente o contrário: a chance de se tornar crônica é de 90%", alerta Cunha.

EM 10 ANOS

Quedas: mais de 330 mil crianças foram internadas no Brasil

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Apenas no primeiro semestre de 2026, quase 15 mil crianças com menos de 10 anos foram internadas após acidentes envolvendo quedas. Entre 2016 e 2025, esse número soma 330 mil internações – média de 33 mil casos por ano. Os dados constam de levantamento da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) a partir de registros do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a SBP, acidentes figuram entre as situações que mais exigem atenção de famílias e cuidadores, pois grande parte pode ser evitada por meio da adoção de medidas simples de segurança.

PREVENÇÃO

A orientação da entidade é investir na chamada identificação prévia de riscos que podem existir em cada ambiente onde a criança brinca, estuda e até mesmo circula. Nesse sentido, é preciso considerar as diferentes fases do desenvolvimento, com a adoção de cuidados adequados à idade e à capacidade da criança. Veja as recomendações de prevenção da SBP para cada idade:

- até 1 ano: nunca deixar o bebê sozinho em locais altos, como cama, trocador, sofá ou cadeira. Preferir que brinque no chão, em ambiente protegido. Quando estiver aprendendo a sentar, manter supervisão próxima e usar proteção adequada para evitar quedas para trás. Ao carregar o bebê em escadas, apoiar-se no corrimão e evitar pisos molhados ou escorregadios. Não deixar o bebê sob os cuidados de outra criança;
- 1 a 4 anos: instalar telas em janelas, sacadas e vãos desprotegidos e manter móveis e objetos longe desses locais. Evitar brincadeiras em superfícies molhadas ou escorregadias, principalmente em banheiros e áreas próximas a piscinas. Ao usar triciclos, patinetes ou skates, escolher equipamentos adequados à idade

e ao peso, usar equipamentos de proteção e optar por locais seguros, nunca vias públicas. Redobrar a atenção com beliches e nunca deixar a criança sem supervisão de um adulto;

- 5 a 9 anos: supervisionar brincadeiras em locais de maior risco, como árvores, muros, lajes e parques. Bicicletas, patinetes, skates e outros brinquedos de locomoção devem ser usados sempre com equipamentos de proteção, como capacete, joelheiras, cotoveleiras e tornozeleiras. Evitar o uso de celular e outras telas enquanto a criança estiver caminhando, brincando ou em movimento, especialmente em vias públicas, pois a distração aumenta o risco de acidentes.

ATENÇÃO REDOBRADA

Os dados mostram que, entre 2016 e 2025, as quedas foram mais frequentes na faixa etária de 5 a 9 anos (193,8 mil casos). Nessa fase, segundo a SBP, as crianças começam a se movimentar mais, como correr, brincar em parques, usar brinquedos e praticar esportes, apesar de ainda estarem desenvolvendo habilidades de equilíbrio e coordenação motora. Entre crianças de 1 a 4 anos, foram 110,1 mil hospitalizações. Entre menores de 1 ano, foram registrados 26,7 mil casos. Nessa faixa etária, a entidade destaca acidentes envolvendo quedas de leitos, que somaram 3,7 mil episódios.

INTERNAÇÕES

São Paulo lidera o ranking de internações por quedas entre crianças com menos de 10 anos: 71,7 mil notificações, de 2016 a 2025. Na sequência, aparece Minas Gerais, com 33,4 mil notificações. O estado da Bahia vem em seguida, com 27,2 mil episódios registrados. Outras unidades da Federação que também apresentam números elevados são:

- Paraná (25,7 mil);
- Ceará (20,3 mil);
- Santa Catarina (16,9 mil);
- Rio Grande do Sul (16,6 mil);
- Rio de Janeiro (14,3 mil);
- Pará (14,2 mil).

ELEIÇÕES

TRE-RJ define urnas que serão auditadas no segundo turno

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) realiza sábado, véspera do segundo turno das eleições para presidente da República, audiência pública para definir as 43 seções eleitorais cujas urnas eletrônicas passarão por procedimentos de auditoria das eleições gerais. O evento começa às 8h, no plenário do Palácio da Democracia, sede do TRE, no centro da capital. Das 43 urnas destinadas à auditoria, 31 passarão pelo Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas no domingo (25), durante o horário de votação, na Sala de Sessões do Pleno do Tribunal de Justiça do Rio. Mais duas serão escolhidas entre as que serão instaladas na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e passarão pelo Teste de Integridade com Biometria. Além dessas, outras dez, es-

colhidas entre todas as seções eleitorais do estado, passarão pelo Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais. Nesse procedimento, a verificação é realizada na própria seção eleitoral selecionada, antes do início da votação.

FISCALIZAÇÃO

As etapas de fiscalização do processo eleitoral podem ser acompanhadas por partidos políticos, federações e coligações, além de entidades privadas brasileiras, sem fins lucrativos, com notória atuação em fiscalização e transparência da gestão pública, credenciadas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de departamentos de tecnologia da informação de universidades credenciadas. Os procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação estão previstos na Resolução do TSE, de 2021.

TRANSPARÊNCIA

Eu também toparia abrir o meu sigilo, diz Geraldo Alckmin

DANIEL TOZZI/AE

O vice-presidente e candidato à reeleição, Geraldo Alckmin (PSB), disse ontem, que, caso também fosse exigido, aceitaria abrir seus sigilos telefônico e bancário para comprovar a idoneidade da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Perfeitamente abriria os sigilos, claro. Aliás, eu acho que quem é eleito presidente, vice-presidente não devia ter sigilo. Nem fiscal, nem bancário, nem telefônico. A vida pública é pública. Tem que ser transparente. Quem quer ter vida privada vai cuidar do setor privado. Agora, não é possível ter vida pública e não prestar contas à sociedade", disse Alckmin em coletiva de imprensa em São Paulo.

No debate organizado pela TV Bandeirantes e o Estadão no último domingo, Lula propôs que ele e seu adversário na disputa do segundo turno, o senador Flávio Bolsonaro (PL), abrissem os próprios sigilos e os de familiares. O pedido foi protocolado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em resposta, Flávio condicionou a abertura de seus sigilos à inclusão, por parte de Lula, de informações a respeito do sigilo do ex-chefe de gabinete do presidente, Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, além de da-

dos de cartões corporativos.

Sobre as novas exigências por parte do senador, Alckmin disse que Flávio "está dando desculpa" para não conceder as informações. "Flávio Bolsonaro fez 19 exigências para abrir o sigilo. Está dando desculpa. Agora, a campanha do presidente Lula se pronunciou através do ministro Camilo Santana. Nós concordamos com os 19 pontos e podem abrir sigilo", disse Alckmin.

O vice-presidente também criticou a postura do senador no debate presidencial organizado pela TV Bandeirantes e o Estadão. Segundo Alckmin, Flávio foi "desrespeitoso" com Lula, não respondeu aos questionamentos do presidente e contou mentiras. "Quando você ouve aquela conferência dos fatos, o campeão de não responder ou não corresponder aos fatos foi nosso adversário. Impressionante. Não respondeu nenhum dos questionamentos feitos e muitas das informações não batem com os fatos", disse Alckmin.

Ele não respondeu, porém, se a participação de Lula no próximo debate, da TV Globo, agendado para a próxima sexta-feira, está condicionada à presença de checagem em tempo real das falas. O pedido pela checagem à Globo vem sendo ventilado pela equipe do presidente.

DISTRITO FEDERAL

Quaest: Celina Leão tem 50% e Leandro Grass soma 35%

MARIA MAGNABOSCO/AE

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), tem 50% das intenções de voto totais no segundo turno contra Leandro Grass (PT), que registra 35%, segundo pesquisa Quaest divulgada ontem.

Branços e nulos ou os que dizem que não vão votar somam 7%. Outros 8% estão indecisos.

No primeiro turno, Celina obteve 49,93% dos votos válidos, enquanto Grass teve 34,47%.

Celina assumiu o governo do Distrito Federal em março deste ano, após Ibaneis Rocha (MDB) deixar o cargo. Na campanha do segundo turno, a governadora conta com o apoio de Flávio Bolsonaro (PL), candidato à Presidência, além de Michelle Bolsonaro (PL), Bia Kicis (PL) e Damares Alves (Republicanos).

Grass, por sua vez, deixou a presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em abril. A disputa pelo governo também foi marcada pela saída de José Roberto Arruda (PSD), que teve o registro de candidatura rejeitado pela Justiça Eleitoral no fim de setembro.

A Quaest ouviu 1.104 eleitores de todas as regiões do Distrito Federal entre os dias 17 e

20 de outubro. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa está registrada na Justiça Eleitoral sob os números DF-00402/2026 e BR-03163/2026.

Flávio Bolsonaro tem 50% e Lula, 39% no DF

O candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, tem 50% das intenções de voto contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que registra 39%, no segundo turno da eleição presidencial entre os eleitores do Distrito Federal, segundo pesquisa Quaest.

Na rodada anterior, de 12 de outubro, Flávio também tinha 50%, enquanto Lula marcava 40%.

Branços e nulos ou os que dizem não votar em nenhum dos candidatos somam 6%, mesmo percentual anterior. Os indecisos são 5%, ante 4%.

Para 94% dos entrevistados, a escolha do candidato é definitiva. Outros 6% afirmam que ainda podem mudar o voto até o segundo turno, marcado para domingo, 25.

A Quaest também mediu a aprovação do trabalho de Lula como presidente. Ao todo, 41% aprovam a gestão, ante 42% na rodada anterior, enquanto 53% desaprovam, contra 54%. Outros 6% não souberam responder, ante 4%.

CLARA INTERFERÊNCIA

Camilo diz que Meta barra avanço da campanha de Lula

GABRIEL HIRABAHASI E GABRIEL DE SOUSA/AE

O senador Camilo Santana (PT-CE) (**foto**), um dos coordenadores da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse ontem, que há "uma tentativa clara de tentar impedir os avanços da campanha do presidente Lula no Brasil" por parte das plataformas digitais, em especial as da Meta, empresa que controla Facebook, Instagram e WhatsApp.

O ministro afirmou que a campanha de Lula vai protocolar ontem uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) contra a campanha de Flávio Bolsonaro (PL). A ação tem como base a atuação da Meta no Brasil durante a campanha eleitoral.

"Nós estamos em um empate, uma eleição empatada. Está evidente que isso é uma tentativa de *interferência das redes sociais*, vocês estão acompanhando o volume de movimentação nas ruas do povo brasileiro, e uma movimentação nas



JOÉDSON ALVE/ ABRASIL

redes também, é uma tentativa clara de tentar impedir os avanços da campanha do presidente Lula no Brasil", disse, em entrevista a jornalistas nesta quarta. "O que nós queremos é discutir o futuro do Brasil.

Nós queremos discutir a vida do povo brasileiro."

O ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, também criticou a Meta. Ele afirmou que o caso envolvendo a big tech "é um moti-

vo de grande preocupação para nós e no mundo democrático". Falou que esse é um tema global, da possível interferência de big techs em eleições em todo o mundo, e que "nós não vamos aceitar esse tipo de coisa".

CAMPANHA

Lula diz que eleitores não podem ter direito de votar em miliciano

GABRIEL MÁXIMO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem, que os eleitores têm direito de não votar nele, mas

não podem votar em "miliciano", em referência a seu adversário, o senador Flávio Bolsonaro (PL).

"O cara pode ter o direito de não votar no Lula, mas ele não

pode votar num miliciano para a Presidência da República. Não é possível que alguém queira colocar o crime organizado dentro do Palácio do Planalto", afirmou.

A declaração do petista foi feita durante ato de campanha em Belo Horizonte. Em seguida, Lula reforçou o pedido para que Flávio abra o próprio sigilo bancário e fiscal.

CÂMARA

Partidos PSB e PDT declaram apoio à reeleição de Hugo Motta

GABRIEL MÁXIMO/AE

O PSB e o PDT declaram ontem, apoio à reeleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) como presidente da Câmara dos Deputados. Em nota, os partidos afirmam que o gesto se dá em reconhecimento ao avanço de pautas prioritárias para o governo Lula

(PT) durante a gestão do deputado paraibano e para garantir "estabilidade institucional".

"Diante da atual conjuntura política e institucional, marcada pelo avanço da extrema direita na composição da Câmara dos Deputados, entendemos que a construção de uma maioria com o centro democrático é funda-

mental para assegurar governabilidade, enfrentar as ameaças autoritárias e preservar o equilíbrio entre os Poderes, a autonomia das instituições e o sistema de freios e contrapesos, pilares essenciais da democracia brasileira", diz o texto.

Com 21 deputados em 2027, sendo 15 do PSB e seis do PDT,

os partidos se juntam às siglas do Centrão, que já manifestaram apoio à reeleição de Motta. A articulação acontece após o PL, que elegeu a maior bancada do Congresso para a próxima legislatura, se movimentar para comandar uma das Casas. A disputa acontece em 1º de fevereiro de 2027.

DEBATE

Campanha de Lula conversa com Globo para fact-checking em tempo real

GABRIEL DE SOUSA E GABRIEL HIRABAHASI/AE

A campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está tratando com a *TV Globo* a inclusão de checagem de fatos em tempo real durante o debate entre os presidentiáveis de amanhã. Segundo o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira, há disposição da emissora para incluir a ferramenta durante a transmissão ao vivo.

Segundo Sidônio, a checagem de fatos é essencial para combater "mentiras" do candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro. Segundo o coordenador da campanha, senador Camilo Santana (PT-CE), Lula irá ao debate para apresentar propostas e a visão petista para o futuro do País.

"A gente está querendo que haja (checagem de fatos), por-



RICARDO STUCKERT/PR

que a gente viu o que aconteceu no debate. Além de responder nenhuma pergunta do presidente, ele mentiu muito. É importante uma checagem em tempo real do que é verdade, do que é mentira, do que é dito no debate", disse Sidônio em con-

versa com jornalistas no quartel-general da campanha de Lula, em Brasília.

Além da Globo, Sidônio informou que a campanha de Lula conversa com agências de checagem de fatos independentes para que façam o serviço em

tempo real durante o debate de sexta. O portal de notícias *ICL* também deve proporcionar a ferramenta.

Sidônio também declarou à imprensa que Lula não vai aceitar que Flávio repita a estratégia de ficar atrás da câmera durante a fala do petista, fazendo gestos para chamar a atenção do telespectador. O ministro voltou a dizer que o candidato do PL repetiu a estratégia do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante o embate contra a candidata democrata à Casa Branca Hillary Clinton, em 2016.

"A gente não vai aceitar isso. Na verdade, isso é feito sempre pela extrema-direita, o Trump fez com a Hillary Clinton, e essa é uma intenção dele, tentar desviar a atenção. É uma forma agressiva, indevida, provocativa, e a gente não vai aceitar esse tipo de coisa", disse.

Nota

CAMILO SANTANA DIZ QUE LULA NÃO SE OPÕE AO QUE FLÁVIO SUGERIU PARA QUEBRA DE SIGILOS

O senador Camilo Santana (PT-CE), um dos coordenadores da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse ontem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai protocolar uma resposta no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a derrubada de sigilos dos candidatos à Presidência e seus familiares. Afirmou que a campanha petista "não se opõe a absolutamente nada" do que Flávio colocou. "O candidato adversário Flávio Bolsonaro protocolou no TSE, depois de três dias que Lula fez o desafio para que ele pudesse abrir o seu sistema bancário, uma série de condicionantes, uma tentativa de manobra em relação ao que o presidente colocou para mostrar claramente quem é o ladrão e quem não é o ladrão nesse país.

FRAUDE

ONU aponta falta de isenção da Meta em eleição no Brasil

IARA BALDUINO/ABRASIL

Especialistas das Organizações das Nações Unidas (ONU) assinaram uma carta em que apontam restrições à liberdade de expressão em plataformas como Instagram, Facebook e WhatsApp, todas da empresa Meta, nas eleições brasileiras em 2026. Eles disseram que os observadores internacionais que participaram das eleições detectaram tratamento desigual das plataformas em relação aos conteúdos das campanhas, apontando que as contas ligadas a um dos candidatos foi prejudicada.

Entre os episódios registrados estão interrupções temporárias de contas de campanha e engajamento e alcance de publicações políticas de um dos candidatos severamente menor. Eles também citaram que milhares de contas e perfis de influenciadores, jornalistas e criadores de conteúdo foram suspensos, quase todos do mesmo lado político.

NETLAB

Uma carta do NetLab também questiona a derrubada de um perfil do candidato Luiz Inácio Lula da Silva sob a alegação de controle contra notícias fal-

sas ligadas à políticas públicas pela Meta, enquanto a empresa mantém perfis com publicações com fake news. O documento também diz que o laboratório identificou falhas da empresa de tecnologia, que teria permitido “propaganda eleitoral paga no exterior e vendido e veiculado durante o resguardo eleitoral”. O NetLab é um laboratório de pesquisas sobre internet e redes sociais ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

CASO DO WHATSAPP

Na semana passada, a cam-

panha do candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entrou com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) depois que usuários do WhatsApp relataram que a inteligência artificial do aplicativo se recusava a produzir imagens com a palavra “Lula” e o número “13”, mas produzia conteúdo normalmente com a palavra “Flávio” e o número “22”. Os advogados da campanha afirmaram que a Meta praticou “seletividade algorítmica” para beneficiar Flávio Bolsonaro, candidato do PL.

ELEIÇÕES

Fachin: democracia exige que perdedor respeite as regras do jogo

FELIPE PONTES/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, afirmou ontem que o Estado Democrático de Direito exige “lealdade às regras do jogo, inclusive por parte de quem perde”. O ministro discursou na abertura de um seminário realizado no STF sobre o papel dos tribunais constitucionais. Em sua fala, Fachin acrescentou que a democracia depende do respeito às decisões judiciais bem fundamentadas, embora com frequência, em tempos de polarização política, elas sejam “reduzidas e instrumentalizadas por slogans”. Fachin deu as declarações a quatro dias do segundo turno da eleição presidencial, marcado para o próximo domingo. Ele destacou que as democracias contemporâneas raramente são desfeitas por golpes abruptos, mas são corroídas por dentro, muitas vezes com aparência de legalidade: “pela captura gradual das instituições, pelo enfraquecimento dos controles, pela erosão da confiança pública”.



RODRIGUES POZZEBOMI/ABRASIL

O presidente do STF disse ainda que “a consolidação democrática nunca é um ponto de chegada que, uma vez ultrapassado, está definitivamente conquistado; é uma tarefa permanente, que depende de instituições capazes de resistir e de

uma cidadania disposta a defendê-las”. O discurso do ministro foi proferido em meio a uma crise institucional sem precedentes no STF, com embates e acusações entre ministros envolvendo o caso do Banco Master, em que

se apura fraudes financeiras bilionárias e a corrupção de agentes públicos. A crise no STF acabou entrando na pauta das campanhas presidenciais, levando os principais candidatos a proporem reformas no Poder Judiciário.

BANDIDOS

Advogado amigo de Flávio Bolsonaro operou R\$ 5 bilhões com bets em 2025

VINÍCIUS VALFRÉ/AE

O advogado Willer Tomaz, investigado por fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), foi a pessoa que fez o maior aporte em bets no País, em 2025, e movimentou R\$ 5 bilhões com casa de apostas no período. Ele é investigado por suspeita de lavar dinheiro com jogos online. A cifra bilionária diz respeito a prêmios que foram apostados novamente. O valor depositado por ele, de R\$ 258 milhões, é quase o dobro do aporte feito pelo segundo maior apostador. Tomaz sacou R\$ 200 milhões no ano. Os dados estão em uma nota técnica do Ministério da Fazenda que foi revelada pelo UOL. O Estadão também teve acesso ao documento. Uma das investigações inicialmente abertas contra Willer alcançou o senador Flávio Bolsonaro (RJ), candidato do PL à Presidência. O inquérito, que tem a relatoria do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), apura suspeita de lavagem de dinheiro na relação do parlamentar com o advogado. A Secretaria de Prêmios e

Apostas (SPA), da Fazenda, abriu um processo administrativo contra a casa de apostas Blaze por avaliar que a bet não tomou as medidas que deveria tomar para coibir possível lavagem de dinheiro por parte de Willer Tomaz. Procurado, o advogado afirmou que “os recursos têm origem lícita, são compatíveis com seus rendimentos e constam de sua declaração à Receita Federal”. Também disse que nunca recorreu a ferramenta automatizada nem fracionou operações para contornar qualquer controle. A Foggio Entertainment, empresa dona da marca Blaze no Brasil, informou em nota que atua em estrita conformidade com a legislação e a regulação vigentes, adotando políticas rigorosas e contínuas de prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), monitoramento de transações e comunicação de operações atípicas aos órgãos competentes.

DEPÓSITOS E SAQUES

Willer tem um amplo espectro de relações políticas em Brasília. Entre os amigos mais próximos estão Flávio e o senador Weverton Rocha, vice-líder do

governo Lula no Senado. Ao longo de 2025, Willer fez 1936 aportes, sendo cada um de R\$ 133 mil, em média, e 3.408 saques, com média de R\$ 58 mil. A nota técnica do Ministério da Fazenda apontou “múltiplos depósitos ou saques” realizados “em curtíssimo espaço de tempo”. Em 30 de outubro, por exemplo, ele fez 14 depósitos de R\$ 500 mil, em horários próximos, o que significou aporte de R\$ 7 milhões em um único dia. No dia seguinte, o advogado fez 12 saques de R\$ 500 mil em um intervalo de 18 minutos, um total de R\$ 6 milhões retirados. O documento aponta suspeitas de uso de sistema automatizado e “dissimulação”. Em manifestação enviada à Secretaria de Prêmios e Apostas, a Blaze informou que as apostas de Willer não foram nenhuma vez objeto de análise. Além disso, a bet nunca alterou a classificação de “risco médio” atribuída ao advogado, desde que ele se cadastrou na casa de apostas. A regra de funcionamento das casas de apostas exigia a elevação da classificação do risco em casos de “padrões atípicos de jogos online” e de transações com “volumes elevados”.

“O cliente em questão também poderia se enquadrar na categoria de risco máximo utilizada pela empresa (‘crítico’), em razão de nela constar o elemento da ‘potencial violação sistêmica da legislação aplicável’, dado que uma rápida pesquisa em fontes abertas na internet mostra que o cliente já esteve detido sob suspeita de corrupção”, frisou o documento, de 1º de outubro.

INVESTIGAÇÕES

Willer é alvo de uma investigação da Polícia Federal por indícios de lavagem de dinheiro com apostas online. O inquérito aponta suspeita de que as apostas eram simulação. O advogado se diz viciado em jogo e entrou na Justiça para tentar recuperar dinheiro perdido. Ele também está na mira da Operação Sem Desconto, que apura fraudes no INSS. A investigação suspeita que ele atuou como “hub financeiro” de outros envolvidos no esquema. Em outra frente, o advogado é suspeito de receber informações sigilosas vazadas indevidamente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Ministério Público Federal (MPF).

MEIO AMBIENTE

Emissão líquida de poluentes cai ao menor nível desde 2012

O Brasil emitiu, em 2025, 1,41 bilhão de toneladas líquidas de CO2 equivalente (GtCO2e) em gases do efeito estufa. O valor significa uma redução de 9% em relação aos 1,489 bilhão de toneladas líquidos de gás carbônico equivalente emitidos em 2024, levando o país a atingir o menor valor líquido desde 2012. Sem considerar a remoção de carbono pela vegetação secundária, que cresceu, e pelas áreas protegidas, o país emitiu 2,06 bilhões de toneladas de CO2 equivalente (GtCO2e) brutos em 2025. Isso representa uma queda de 6% em relação ao total bruto de 2,19 GtCO2e emitidos em 2024. Esse foi o menor volume bruto emitido desde 2018. Os dados são da 14ª edição do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa lançada ontem pelo Observatório do Clima. Na avaliação do coordenador do Seeg e pesquisador do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema), David Tsai, os números mostram que nos últimos quatro anos o Brasil cortou em um quarto as suas emissões brutas. “É um feito digno de nota, dado que nos 13 anos anteriores, desde que publicou sua Política Nacional do Clima em 2009, o país viu suas emissões crescerem em dois terços”, comemora.

RECORDE

Em 2025, o valor total das emissões brutas foi novamente influenciado pela redução do desmatamento, classificando o Seeg como mudança de uso da terra. O setor respondeu por 814 MtCO2e, uma queda de 15% nas emissões brutas, em relação às emissões de 957 MtCO2e, no ano de 2024. Quando considerados os valores líquidos do setor de mudança de uso da terra, a queda entre 2024 e 2025 foi de 48%, passando de 311 MtCO2e para 162 MtCO2e, o menor valor para o setor em toda a série histórica do Seeg.

SETORES

As emissões brutas dos demais setores sofreram pouca variação para mais ou para menos em 2025. A agropecuária teve queda de 0,1%, tendo sido responsável por 626 MtCO2 do total de emissões brutas. O setor de energia cresceu 1,2% em emissões, passando de 422 MtCO2e, em 2024, para

427 MtCO2e, em 2025. Os processos industriais e uso de produtos variaram positivamente apenas 0,2%, ao manter as emissões em 94 MtCO2e. O setor de resíduos foi o que registrou a maior alta entre 2024 e 2025, crescendo as emissões em 3,6%, de 92 MtCO2e para 96 MtCO2e. A participação da mudança de uso da terra nas emissões brutas do país, em 2025, responde por 39% do total e as emissões diretas da agropecuária, respondem por mais 30%. Juntas, quando consideradas emissões diretas e indiretas do setor, elas tornam a agropecuária o maior emissor nacional. O setor de energia aparece em seguida com 21%. Os processos industriais e a gestão de resíduos responderam, em 2025, por 5% do total de emissões, cada um.

META

Com essas reduções, o país ficou a apenas 85 milhões de toneladas de cumprir a meta climática estabelecida para 2025, em sua primeira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC na sigla em inglês), apresentada em 2015. A meta previa que o país limitaria as emissões líquidas de gases de efeito estufa a 1,32 GtCO2e, em 2025, valor que deverá ser alcançado este ano, após queda recorde de desmatamento na Amazônia e Cerrado. “Infelizmente a gente ficou ainda um pouco acima, mas bem próximo da meta. Em 2030, tem uma meta mais baixa, mas em 2026 a gente vai estar entre a meta de 2025 e a de 2030”, avalia David Tsai. Dados prévios divulgados pelo Observatório do Clima apontam uma emissão líquida negativa por desmatamento para este ano, com um valor estimado em menos 24 milhões de toneladas de CO2 equivalente (MtCO2e). Para 2030, a meta estabelecida pela segunda NDC do Brasil, apresentada em 2025, busca reduzir as emissões nacionais para uma faixa entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de CO2e. “É uma grande vitória a queda das emissões pelo desmatamento, mas se os outros setores, a partir de agora, não começarem a reduzir as suas emissões vai ficar difícil a gente conseguir cumprir as próximas metas da NDC”, alerta David Tsai.

UNIÃO

Municípios terão que prestar contas sobre gestão de praias

IARA BALDUÍNO/A BRASIL

As prefeituras que assumiram a gestão das praias e das orlas da União devem encaminhar à União, até o dia 12 de dezembro, um relatório com dados sobre condições ambientais, uso, infraestrutura e forma de gestão das áreas. O documento também precisa ter informações sobre as áreas de uso comum com exploração econômica, como calçadas, praças e parques públicos, além das ações realizadas pelo município ao longo do ano. O Brasil tem 279 municípios litorâneos. Desses, 80 assinaram com a União o Termo de Adesão à Gestão de Praias. Isso quer dizer que eles passam a receber qualquer receita gerada pelo uso dessas áreas. Em contrapartida, se comprometem com a fiscalização e elaboração de um plano integrado desses espaços.

ÁREAS DE MARINHA

As áreas abrangidas pelo termo de Adesão à Gestão de Praias são a parte da areia, o calçadão, a parte usada por banhistas. Não envolvem as chamadas áreas de marinha, um pedaço de terra que vai desde o último ponto onde a maré atinge até 33 metros em direção ao continente. Os terrenos de marinha também são áreas públicas da União. Essas terras estão no centro de uma polêmica por causa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/2022, conhecida como PEC das Praias, de autoria do deputado Arnaldo Jordy (Cidadania-PA). Ela prevê a transferência de parte dessa área de marinha para estados, municípios ou particulares. A proposta recebeu muitas críticas por permitir a privatização de áreas que dão acesso às praias.

CALIFÓRNIA

Avião de pequeno porte bate em poste e cai em via movimentada

ADRIANA VICTORINO/AE

Um avião de pequeno porte que caiu em uma via movimentada na Califórnia, nos Estados Unidos, após bater em um poste no último sábado. Três pessoas, incluindo uma criança, sofreram apenas ferimentos leves.

A aeronave, um Cessna 177, decolou do Aeroporto Reid-Hillview às 15h06 e caiu apenas três minutos depois na Capitol Expressway, em San Jose. Não houve feridos entre os motoristas.

Imagens gravadas pela câmera de um carro registrou o momento em que a aeronave bate em um poste e cai com o nariz no chão. Segundo a emissora local NBC, o piloto contou o controle de tráfego aéreo momentos antes do impacto para relatar emergência crítica.

"Estamos com falha no motor, estamos em emergência", comunicou o piloto pelo rá-

dio, segundo a NBC. Em seguida, o áudio registra o controlador tentando localizar o avião. "A aeronave parece ter pousado ao norte do aeródromo, não no aeródromo... na Capitol Expressway", afirmou.

A Administração Federal de Aviação dos EUA e o Conselho Nacional de Segurança nos Transportes estão investigando o acidente.

A aeronave, segundo a NBC, era propriedade do clube de voo independente Flying 20, formado por alunos e ex-alunos da Universidade Estadual de San Jose.

"A aeronave envolvida pertence e é operada pelo Flying 20, um clube de aviação independente", informou a universidade em nota à emissora. "Embora entre os membros do Flying 20 haja alguns ex-alunos, funcionários e estudantes da Universidade Estadual de San Jose, o clube não é administrado pela universidade", concluiu.

TESOURO

EUA anunciam sanções a escritório de advocacia e navios ligados ao Irã

PEDRO LIMA/AE

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos anunciou sanções contra um escritório de advocacia com atuação no Panamá e na Grécia, empresas marítimas e navios acusados de ajudar o Irã a driblar restrições internacionais e financiar seus programas militar e nuclear. As medidas integram a Operação Economic Outcast, voltada a cortar receitas de Teerã.

Segundo comunicado, o escritório Karnakis and Karnakis registrou empresas de fachada proprietárias de embarcações usadas para transportar centenas de milhões de dólares em petróleo, derivados, petroquímicos e aço iranianos.

A banca também teria estruturado companhias ligadas ao empresário de gás liquefeito Seyed Asadoollah Emamjomeh. Cinco pessoas vinculadas ao escritório foram sancionadas.

O Tesouro incluiu ainda a Roxette Maritime Shipping

and Trading, administradora de sete cargueiros de bandeira panamenha identificados como ativos bloqueados, e as empresas Amigoz, de Cingapura, e Whales Shipping Line, de Dubai, acusadas de prestar serviços à chamada frota sombria iraniana. Duas embarcações ligadas à Whales também foram atingidas.

"Se você apoia o regime iraniano, nós o encontraremos e o sancionaremos", afirmou o secretário do Tesouro, Scott Bessent, em referência tanto a transferências ilegais de petróleo no mar quanto à atuação de escritórios de advocacia.

A unidade de inteligência financeira FinCEN também investiga possíveis vínculos de um banco grego com o Irã e seus aliados, em coordenação com autoridades europeias.

Segundo o Tesouro, a operação, lançada em agosto, amplia o risco de exclusão do sistema financeiro americano para agentes que facilitem a evasão de sanções.

PAQUISTÃO

Autoridades prendem acusado de esquema de fraude nos EUA

Autoridades do Paquistão, agindo com base em informações de inteligência, prenderam, na terça-feira, Faheem Akram, de 33 anos, sob a acusação de comandar um esquema online de falsificação de etiquetas de postagem. Segundo promotores dos EUA, a operação causou um prejuízo de mais de US\$ 126 milhões ao Serviço Postal americano (USPS).

Akram foi denunciado por um grande júri federal no Distrito Sul da Flórida, de acordo com a Procuradoria dos EUA para aquele distrito em um comunicado divulgado no dia 28 de setembro. O órgão alega que Akram administrava o site "LabelsBank.com" - uma plataforma não autorizada que vendeu mais de 5,1 milhões de etiquetas de postagem falsas para mais de 5.200 clientes. As etiquetas custavam, em geral, US\$ 2 cada, independente-

mente do peso, tamanho ou destino da encomenda.

As etiquetas falsificadas permitiam que os clientes enviassem pacotes a preços muito abaixo das tarifas postais oficiais, resultando em perda de receita e custos de envio para o Serviço Postal. A estimativa de mais de US\$ 126 milhões refere-se aos prejuízos sofridos pelo Serviço Postal, e não ao montante arrecadado com as vendas no site.

Os investigadores paquistaneses constataram que Akram operou o site de agosto de 2023 a setembro de 2026, utilizando 16 contas bancárias para o negócio. Entre elas, estavam contas em nome do próprio Akram, de seu irmão, de sua esposa, de sua irmã e de sua tia. Ainda não está claro se Akram será extraditado para os Estados Unidos ou se responderá a um processo judicial no Paquistão.

ESTUDANTES

Onda de protestos contra custo de vida alto toma conta Europa

estatísticas do bloco.

ONDA FRANCESA

A França foi o primeiro país europeu a registrar a série de protestos que têm tomado conta do continente. Estudantes do ensino médio organizam bloqueios e manifestações para exigir mais recursos para as escolas, melhores instalações, turmas menos lotadas e a contratação de professores.

As mobilizações começaram com estudantes bloqueando escolas nos subúrbios de Paris. O movimento ganhou força nacional entre o fim de setembro e o início de outubro e se intensificou após episódios de forte repressão policial contra os manifestantes.

Mais franceses aderiram aos protestos que passaram a expressar uma insatisfação mais ampla com o governo do presidente Emmanuel Macron. Foram incorporadas reivindicações por respostas ao aumento do custo de vida e à deterioração dos serviços públicos

BÉLGICA

Na Bélgica, estudantes protestam contra o aumento dos custos da educação e reformas que, segundo eles, podem dificultar o acesso ao ensino superior.

ALBÂNIA

Milhares de manifestantes foram às ruas da Albânia em atos contra denúncias de cor-

rupção, o custo e a qualidade da educação e um projeto de resort de luxo no litoral sul do país, apoiado por Jared Kushner, genro do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Na última quinta-feira, o primeiro-ministro albanês, Edi Rama, rejeitou os pedidos de renúncia após três dias de protestos em Tirana, capital do país.

ITÁLIA

Na Itália, jovens e estudantes também se mobilizaram em meio a protestos mais amplos contra o custo de vida e relacionados à educação.

No último fim de semana, houve confrontos entre manifestantes e policiais, além de depredações e saques a estabelecimentos comerciais nos arredores da Praça do Duomo, em Milão. Cerca de 70 pessoas foram presas.

SÉRVIA

A Sérvia tem enfrentado protestos estudantis contra o governo há quase dois anos. O movimento estudantil indicou sua Lista Estudantil, composta por professores e especialistas de sua escola, para eleições antecipadas que serão realizadas no domingo que vem. A Lista Estudantil é atualmente a principal oposição ao Partido Progressista Sérvio, que está no poder desde 2012.

Nesta quarta-feira, o grupo de oposição fez um dos maiores protestos desse período e pelo

Macron chama de 'estúpidas' alegações de Trump de culpar imigrantes por protestos



TANIA REGO/ABRASIL

O presidente francês Emmanuel Macron disse nesta quarta-feira, que líderes estrangeiros, incluindo os "do outro lado do Atlântico", estão tentando explorar o clima social tenso da França para promover sua própria agenda política. Protestos contra o aumento do custo de vida levaram a uma onda generalizada de tumultos, saques e depredações na França.

O presidente dos EUA, Donald Trump, usou a violência para mobilizar seus apoiadores políticos, fazendo alegações sem comprovação de que migrantes muçulmanos seriam responsáveis pela agitação e instando Macron a "fechar suas fronteiras e retomar o controle antes que seja tarde demais".

Macron respondeu dizendo que "houve manipulação estrangeira de informações no rescaldo" dos saques em Paris e em outras cidades francesas no último fim de semana. "E isso levou a comentários tão inaceitáveis quanto estúpidos, de muitas pessoas, inclusive líderes es-

trangeiros", afirmou.

Questionado por um repórter se ele se referia a Trump, Macron respondeu: "Entre outros."

O presidente francês acrescentou então que houve "imagens geradas por IA retratando

cenas que nunca aconteceram de fato na França. Tivemos pessoas alegando que fomos invadidos por hordas de migrantes e islamistas, o que é completamente falso".

O ministro das Relações Exte-

menos sete pessoas foram presas ou detidas pela polícia sob suspeita de planejarem atos violentos para o dia da eleição. Cinco dessas pessoas foram presas na cidade de Novi Sad, no norte do país. As informações são do jornal britânico The Guardian.

ESPAÑA

Na Espanha, ativistas foram às ruas em setembro para protestar contra os preços da habitação. Os atos foram desencadeados pelo despejo de Maricarmen Abascal, uma mulher de 87 anos que perdeu sua casa após um fundo de investimento aumentar o aluguel em 230%.

Abascal morreu duas semanas depois, após ser internada em um hospital. O caso se tornou um símbolo das dificuldades enfrentadas por moradores diante do encarecimento da moradia.

PORTUGAL

Em Portugal, manifestantes acusam o governo de não adotar medidas suficientes para enfrentar a crise habitacional e de pretender facilitar os despejos de inquilinos por meio de uma reforma do mercado de aluguéis.

Na manhã da última terça-feira, a polícia portuguesa desmontou o acampamento de ativistas em defesa do direito à moradia instalado na Praça do Rossio, no centro de Lisboa. Na operação, 55 pessoas foram detidas.

riores da França, Jean-Noel Barrot, disse que seu gabinete pode fornecer aos países envolvidos os esclarecimentos necessários, "para ajudá-los a evitar espalhar ou amplificar informações falsas e fazer alegações infundadas nas redes sociais".

Macron e Trump já tiveram uma boa relação, mas Trump zomba regularmente do presidente francês em seus discursos públicos.

"Quando vejo líderes que estão no meio de campanhas eleitorais, seja na região ou do outro lado do Atlântico, que às vezes repetem ingenuamente conteúdo gerado por IA ou espalham narrativas que certos círculos claramente estão tentando promover sobre o que aconteceu na França, eles estão usando o nosso país para suas próprias campanhas políticas", disse Macron

O líder francês viajou ao Catar para encontrar soluções para a crise energética e a alta dos preços de energia, informou o governo.

UCRÂNIA/RÚSSIA

Trump: estamos nos aproximando de uma solução para a guerra

THAIS PORSCH/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem, que está se aproximando de uma solução para a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. "Pode ser agora o mais próximo que já estivemos de acabar com a guerra", disse ele a repórteres ao fim de uma mesa redonda.

O republicano também agradeceu a ida do enviado especial Steve Witkoff a São Petersburgo e Oslo para as negociações.

Mais cedo, os presidentes da

Rússia, Vladimir Putin, e da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, concordaram em retomar as negociações trilaterais com Washington para encerrar a guerra. Moscou estaria disposta a retomar as conversas entre 11 e 20 de novembro, com foco na segurança dos dois países após o fim da guerra, segundo a Glavkom.

DEFENDE WITKOFF

O vice-presidente dos Estados Unidos, JD Vance, disse ontem, concordar com a declaração controversa do enviado de

Trump, Steve Witkoff, que caracterizou o líder russo Vladimir Putin como "humanitário" num contexto sobre a libertação de um prisioneiro americano.

"Concordo com Steve Witkoff em dizer algo positivo para uma pessoa que acabou de libertar um refém americano", disse Vance a jornalistas durante uma coletiva de imprensa. "Quer você concorde ou não com o sentimento subjacente, Steve Witkoff é um diplomata. Seu trabalho é ir até lá e cumprir uma missão", acrescentou.

As negociações sobre um acordo de paz na guerra entre a Rússia e a Ucrânia começaram com a libertação do professor americano de Steven Hubbard, de 74 anos. Ele estava detido na Rússia há mais de quatro anos.

Witkoff chamou Putin de "humanitário" durante uma reunião com o presidente russo em São Petersburgo. "Você Putin fala tanto sobre meu presidente, o presidente Trump, ser um humanitário; Você também é um humanitário, senhor, e eu saúdo isso", disse Witkoff a Putin.